



130



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0191277-4

APELANTE: Tassio Ribeiro de Oliveira

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

5711

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO TENTADO. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES A ENSEJAR UM DECRETO CONDENATÓRIO. PROVA DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS. PLEITO PELO RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA MENORIDADE. CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE DEVIDAMENTE CONSIDERADA PELO MAGISTRADO DE 1º GRAU. DOSIMETRIA DA PENA EM CONFORMIDADE COM OS DITAMES LEGAIS. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME

I- A materialidade do crime restou sobejamente comprovada, assim como a autoria do réu mostrou-se indubitosa, sobretudo, considerando sua confissão extrajudicial, amparada nos demais elementos da prova dos autos, em especial na sua prisão em flagrante no interior da loja, ainda na posse da *res furtiva*.

II- Considerando que a circunstância atenuante da menoridade foi devidamente reconhecida pelo magistrado de 1º grau, verifica-se que a dosimetria da pena está em total consonância com os ditames legais, devendo, as reprimendas impostas ao apelante permanecer inalteradas;



131



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

IV- Recurso improvido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Apelação Criminal* nº 0191277-4 da Comarca da Capital/PE, em que figura, como apelante Tássio Ribeiro de Oliveira, e como apelado, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia __/__/__, por decisão unânime, em negar provimento ao presente apelo, tudo conforme consta do relatório e do voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife 9 de maio de 2010


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



132



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0191277-4

APELANTE: Tássio Ribeiro de Oliveira

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

RELATÓRIO

O Ministério Público de Pernambuco denunciou Tássio Ribeiro de Oliveira, qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 155, *caput*, c/c art. 14, inciso II, do CPB (tentativa de furto simples).

Segundo a exordial acusatória, no dia 26.09.07, por volta das 12:30h, no interior da Loja Esplanada, localizada na Av. Conde da Boa Vista, nesta Capital, o acusado foi preso, em flagrante delito, por tentar subtrair 05 (cinco) bermudas, no valor de R\$ 239,50 (duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos), não logrando êxito em seu intento por circunstâncias alheias à sua vontade.

À fl. 59, consta decisão concedendo o benefício da liberdade provisória em seu favor.

O réu foi interrogado, às fls. 65/66, e as testemunhas arroladas pelo Órgão Ministerial foram ouvidas, às fls. 79/81.

Após a regular instrução, o Ministério Público ofertou suas Alegações Finais, às fls. 98/101, e a defesa, às fls. 103/105.

Às fls. 107/111, consta Sentença condenando o acusado na pena privativa de liberdade de 01 (um) ano 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, a qual foi substituída por uma restritiva de direito, além do



133



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

pagamento de 04 (quatro) dias-multa, pela prática do delito descrito na denúncia.

Inconformada com a referida decisão, a defesa de Tássio Ribeiro de Oliveira interpôs, tempestivamente, o presente recurso, pleiteando, nas razões de fls.121/124, a absolvição do acusado e, subsidiariamente, o reconhecimento da atenuante da menoridade.

Em suas contrarrazões, de fls.132/134, o Órgão Ministerial pugna pela manutenção da sentença ora guerreada em sua integralidade.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual, através da Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, às fls.144/146, opinou pelo **improvemento** do apelo.

É o relatório.

Ao Revisor.

Recife, 28 de março de 20 09.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



134



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0191277-4

APELANTE: Tássio Ribeiro de Oliveira

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Como visto, trata-se de recurso de apelação interposto pela defesa de Tássio Ribeiro de Oliveira contra sentença proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital/PE, que o condenou à pena 01 (um) anos e 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, a qual foi substituída por uma restritiva de direito, consistente na prestação de serviços gratuitos à comunidade, além do pagamento de 04 (quatro) dias-multa, pela prática do delito de furto tentado.

Em síntese, nas razões de fls. 121/124, a defesa sustenta que inexistem provas suficientes a ensejar um decreto condenatório em desfavor do acusado. Para tanto, alega que os depoimentos prestados pelos funcionários da loja são contraditórios, não havendo certeza quanto à prática delitiva. Subsidiariamente, requer a defesa a redução da pena do apelante, considerando a existência da atenuante da menoridade, prevista no art. 65, inciso I, do CPB.

Já o Ministério Público, em suas contrarrazões, pleiteia a manutenção da sentença, sob o argumento de que as provas produzidas nos autos são claras e conduzem à responsabilidade do acusado no delito em comento. Por fim, sustenta que a circunstância atenuante, ora invocada pelo recorrente, já foi devidamente reconhecida pelo magistrado de 1º grau.



135



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

No mesmo sentido, pronunciou-se a nobre Procuradoria de Justiça.

Verificando cuidadosamente os autos e comparando as razões apresentadas pelo apelante com a decisão ora impugnada, chego à conclusão de que o presente recurso **não merece ser provido**. Vejamos:

Consta nos autos, às fls. 09 e 81, que no dia 26.09.07, no interior da Loja Esplanada, localizada na Av. Conde da Boa Vista, o funcionário, Leandro da Silva Carlos, avistou o apelante saindo do provador de roupas com um volume estranho dentro da sua calça, fato que o motivou a abordá-lo, quando este tentava sair da loja. Ao revistá-lo, o referido funcionário afirma que foram encontradas cinco bermudas, sem alarme, embaixo da sua calça, as quais totalizam o valor de 239,50 (duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

No momento da abordagem, Leandro da Silva conta que o acusado confessou a tentativa do furto, ocasião em que mostrou como havia tirado os alarmes das peças de roupa com os seus dentes.

Por fim, citada testemunha esclareceu que para passar pela funcionária, o acusado exibiu duas camisas nas mãos, levantando para o alto, com o intuito de desviar a atenção daquela para o cabide que trazia pendurado nas suas costas com as cinco bermudas.

O funcionário Cleynaldo Henrique Medeiro Ribeiro prestou depoimento em consonância com as declarações acima mencionadas, embora tenha esclarecido que não presenciou o momento da abordagem do apelante. Em seu depoimento, de fl. 80, Cleynaldo afirmou que:

"o acusado disse que colocou as roupas dentro da calça quando estava no provador, que acontece de quando se entra no provador a funcionária contar as peças pelo número de cabides e os que pretendem furtar colocam mais de uma peça na cabide, passando despercebido"



136



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Os policiais militares Rivaldo Pereira da Costa e Janete Barbosa de Melo Filho, acionados pelos funcionários da Loja Esplanada, apenas afirmaram que ao chegarem no estabelecimento, o acusado já estava detido (fls. 07/08 e 79).

O apelante, perante autoridade policial, à fl. 11/12, em total consonância com os depoimentos prestados pelas testemunhas, confessou a prática delitiva, afirmando que:

"resolveu furtar as bermudas daquela loja, tendo pego cinco bermudas e se dirigido para o provador da loja, e lá chegando vestiu as cinco bermudas e depois vestiu sua calça comprida, e quando ia saindo da loja foi abordado pelo fiscal da loja, o qual ao revistar o interrogado, encontrou em seu poder as cinco bermudas".

Por fim, confessou o apelante já ter sido preso, em janeiro do mesmo ano, também furto, informação confirmada por meio da sua folha de antecedentes criminais.

No entanto, em juízo, às fls. 65/66, o acusado negou a prática do crime, alegando que teria se dirigido à loja para comprar uma camisa e que ao ser abordado pelo fiscal, Leandro, foi conduzido ao provador onde havia quatro bermudas sem alarmes, sendo atribuída a si, injustamente, a retirada destes.

Pois bem.

Apesar das provas produzidas serem totalmente desfavoráveis ao acusado, a defesa insiste na insuficiência destas para ensejar um decreto condenatório. Para tanto, alega que houve contradição nos depoimentos dos funcionários, Leandro e Cleynaldo, quanto ao modo como o acusado entrou no provador com as bermudas.



137



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Ora, analisando os citados depoimentos, vê-se claramente que não se justifica a "dúvida" da defesa acerca do modo como o acusado desviou a atenção da funcionária para entrar com as bermudas no provador. Como visto acima, o funcionário Leandro deixou claro que o acusado "exibiu duas camisas nas mãos, levantando para o alto, com o intuito de desviar a atenção daquela para o cabide que trazia pendurado nas suas costas com as cinco bermudas". Enquanto que Cleynaldo apenas argumentou que normalmente as pessoas que objetivam furtar peças de roupa as escondem embaixo do cabide, não afirmando se foi assim que procedeu o acusado.

Ademais, ainda esta testemunha tivesse feito tal afirmação, de modo algum, a suposta contradição teria o condão de trazer dúvidas acerca da prática delitiva, já que a materialidade do crime restou sobejamente comprovada (através do Auto de Apresentação e Apreensão, de fl. 17, Auto de Entrega, à fl. 26, e Auto de Avaliação, de fl. 31) e a autoria do réu mostrou-se indubitosa, sobretudo, considerando sua confissão extrajudicial, amparada nos demais elementos da prova dos autos, em especial na sua prisão em flagrante no interior da loja, ainda na posse da *res furtiva*.

Assim, considerando que a prova carreada nos autos é farta e sólida para formar o convencimento condenatório, concluo que o pleito da defesa, pela absolvição do acusado, não merece prosperar.

No que tange à dosimetria da pena, verifico, de plano, que não há qualquer ilegalidade ou irregularidade capaz de ensejar sua modificação.

Considerando que as circunstâncias judiciais previstas no art. 59, foram, em sua maioria, desfavoráveis ao acusado, o MM. Juiz de 1º grau fixou, justificadamente, a pena-base do apelante, pouco acima do mínimo legal, qual seja, em 02 (dois) anos de reclusão e 20 (vinte) dias-multa.

No entanto, ao contrário do que afirma a defesa, o magistrado a quo reconheceu a atenuante da menoridade do acusado,



138



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

razão pela qual reduziu sua pena em 02 (dois) meses, totalizando o *quantum* de 1 (um) ano e 10 (dez) meses de reclusão e 12 (doze) dias-multa.

Por fim, em razão da prática delitiva em sua modalidade tentada, sua pena ainda foi diminuída em 1/3 (um terço), perfazendo o total definitivo de 01 (um) ano 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, a qual foi substituída por uma restritiva de direito, além do pagamento de 04 (quatro) dias-multa, penas que devem permanecer inalteradas.

Assim, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, voto pelo improvemento do recurso, devendo ser mantida, em sua integralidade, a sentença ora guerreada.

Recife, 19 de maio de 20 10


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



139

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



Apelação Criminal nº:	0191277-4
Comarca Origem:	Recife – 3ª Vara Criminal
Apelante:	Tassio Ribeiro de Oliveira
Apelado:	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator:	Des. Antônio de Melo e Lima
Revisor:	Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça (convocada):	Maria Tereza de Oliveira e Silva
Órgão Julgador:	2ª Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

Cuida-se de apelação criminal interposta por **Tassio Ribeiro de Oliveira** contra a sentença prolatada pelo MM Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Capital, que o condenou pela prática do delito tipificado no art. 155, *caput*, cumulado com o art. 14, II e art. 65, I, todos do Código Penal. Ao apelante, foi aplicada a pena definitiva de 01 (um) ano, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime aberto e, 04 (quatro) dias-multa.

Insurge-se o recorrente contra a sentença de fls., por entender que inexistem provas suficientes a ensejar o decreto condenatório em desfavor do acusado. Alega que os depoimentos prestados pelos funcionários da loja são contraditórios, não sendo possível a certeza quanto à prática delitiva. Subsidiariamente, pugnou pela redução da pena haja vista a existência da menoridade do acusado, constante do art. 65, I, do Código Penal.

Pois bem. Analisando-se o decreto condenatório em cotejo com as provas coligidas aos autos, constata-se que nada há que ser modificado na sentença hostilizada.

A materialidade do crime acha-se demonstrada pelos autos de apresentação e apreensão de fls. 17, de avaliação de fls. 26 e, de entrega de fls. 31.

No que se refere à autoria, percebe-se que o recorrente, apesar de ter confessado o crime perante à autoridade policial, negou a autoria delitiva ao ser interrogado pelo MM Juízo *a quo*.

Analisando os depoimentos das testemunhas, verifica-se que a



140
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



persecução criminal restou configurada no momento em que o fiscal da loja, e testemunha, avisou a Cleynaldo – também testemunha – que o apelante andava com dificuldade e a calça folgada por ele trajada, parecia estar com algum preenchimento.

Em seus depoimentos, acrescentaram que, depois do acusado sair da loja, ao fazerem a abordagem, convidando-o a ir para a parte de trás da loja, o denunciado, ao tirar a calça que usava, deixou mostrar quatro ou cinco bermudas de *tactel* presas a sua cueca. Constatou-se que tais bermudas estavam sem o sensor de alarme, momento em que o apelante esclareceu que havia retirado o referido com os dentes, quando estava no provador.

Assim, a autoria resta incontestada nos presentes autos, sendo os depoimentos dos funcionários acima mencionados claros e consistentes.

No que se refere à dosimetria da pena, vê-se que o magistrado *a quo* obedeceu aos ditames do sistema trifásico, previsto no artigo 59 do Código Penal, tendo observado que as circunstâncias judiciais, em sua maioria foram desfavoráveis, motivo pelo qual, fixou a pena-base do apelante um pouco acima do mínimo legal.

Em contraposição ao argüido pela defesa, o MM Juiz sentenciante reconheceu a atenuante de menoridade do acusado, reduzindo sua pena em 02 (dois) meses, perfazendo um total de 01 (um) ano e 10 (dez) meses de reclusão e 12 (doze) dias-multa.

Em razão de haver cometido o crime de furto em sua modalidade tentada, sua pena ainda foi diminuída em 1/3 (um terço), totalizando 01 (um) ano, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, pena esta substituída por uma restritiva de direito, qual seja, prestação de serviços gratuitos à comunidade, a ser indicada pelo Juízo da Vara de Execuções de Penas Alternativas.

Destarte, nada há o que ser modificado na sentença.
Ante o exposto, **voto pelo improvimento do apelo.**

Recife, 19 de 05 de 2010


Des. Mauro Alencar de Barros
Revisor